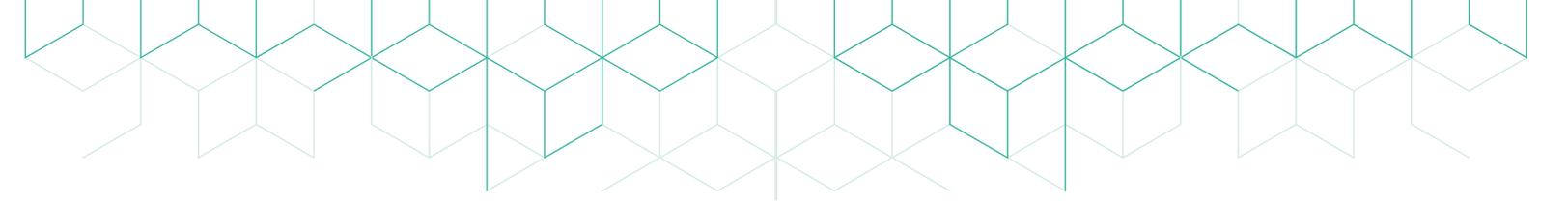




Modelos de concessão de bolsas em programas de formação docente em competências digitais

Nota técnica





FICHA TÉCNICA

Fundação Telefônica Vivo

Diretora-Presidente: Lia Glaz

Gerente de Estudos e Coalizões: Catherine Rojas Merchán

Gerente Sênior de Implementação de Projetos Educacionais: Lia Roitburd

Gerente Sênior de Estratégia e Gestão: Odair Barros da Silva

Gerente de Mobilização e Voluntariado: Alessandra Magalhães Mondenini Cruz

Equipe de Estudos e Coalizões: Gabriela Orsini

Equipe de Implementação de Projetos Educacionais: Olívia Costa Lima Laban, Bruna Braz

Equipe de Mobilização: Alexandra Palhares Alves, Tatiana Gimenes Pereira e Dânae Mazzini Silva Brito

Instituto Natura

Superintendente de Políticas Educacionais para Brasil: Maria Slemenson

Gerente de Políticas Públicas: Caio Valiengo

Redação

Gabriela Orsini (Fundação Telefônica Vivo)

Izabella Martins (CIEB)

Projeto Gráfico

Innova AATB

Diagramação

Manuela Ribeiro

Ilustrações

Erika Morais

Imagem de Capa

Freepik

Revisão de Texto

Erica Chaves

Revisão Técnica

Lia Roitburd

Catherine Rojas Merchán

Olívia Costa Lima Laban

Coalizão Tec Educação

Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Fundação Lemann, MegaEdu e Instituto Sonho Grande



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS: EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	9
2. Referenciais metodológicos: experiências anteriores	10
2.1 A experiência no Mato Grosso	15
2.1.1 O modelo de multiplicadores como chave para a implementação	16
2.1.2 Os custos para implementação do modelo de multiplicadores no MT	18
2.1.3 Extrapolando o modelo de Mato Grosso para outros estados	19
2.1.3.1 Lógica para distribuição das bolsas a multiplicadores do tipo II	22
2.2 A experiência do Paraná	25
2.2.1 O modelo de tutores e formadores como chave para a implementação	26
2.2.2 Os custos para concessão de bolsas no Paraná	28
2.2.3 Extrapolando o modelo do Paraná para outros estados	29
2.3 Experiências que o Ministério da Educação já tem com oferta de bolsas	30
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35



1

INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o conjunto de competências demandadas dos alunos se ampliou na era digital. Em seu Relatório Global de Monitoramento da Educação (“2023 Global Education Monitoring Report: Technology in education: A tool on whose terms?”, ou “GEM Report 2023¹: Tecnologia na Educação”), a instituição destaca que, em meio a um contexto caracterizado pela rápida evolução tecnológica, o desenvolvimento de competências digitais se torna cada vez mais relevante para a formação dos estudantes.

A legislação brasileira já tem se adaptado para se adequar às mudanças da era digital. A instituição do Programa de Inovação Educação Conectada² (PIEC) em 2017, que passou a ser denominado Política de Inovação Educação Conectada com a edição da Lei 14.180/2021³, da Política Nacional de Educação Digital⁴ (PNED) e da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas⁵ (Enec) em 2023 são marcos relevantes nesse sentido. Além disso, é importante destacar os avanços envolvendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que diz respeito à incorporação das competências digitais no currículo escolar. Em 2022, como complemento à BNCC, foram estabelecidas Normas sobre Computação na Educação Básica⁶. Definiu-se assim o conjunto de competências que devem ser incorporadas aos currículos de todas as etapas e modalidades das redes de ensino.

Porém, a incorporação destas habilidades digitais não pode ser encarada apenas como uma nova exigência curricular atrelada às transformações sociais. É igualmente importante enxergar essas competências como aliadas ao processo de aprendizagem. O mesmo relatório da UNESCO traz informações sobre como a integração dos recursos digitais na educação - ao permitir que o conhecimento seja cada vez mais acessível a um maior número de pessoas - possibilita a redução das desigualdades entre estudantes. Este é só um exemplo de como a tecnologia pode apoiar e transformar o processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em vista que os professores são o fator intraescolar com maior impacto sobre a aprendizagem dos estudantes, torna-se imperativo prepará-los para que sejam capazes de dar suporte ao desenvolvimento das competências digitais de seus alunos e orientar seus educandos no uso de tecnologia. O relatório da UNESCO mencionado anteriormente também reforça este ponto ao afirmar que a definição ampliada do direito à educação já deve incluir o apoio eficaz da tecnologia para que os alunos possam desenvolver competências digitais, independentemente de contexto ou circunstâncias.

1 Global Education Monitoring Report Team 2023. *Technology in education: a tool on whose terms?* Disponível em: <<https://www.unesco.org/gem-report/en/technology>>. Acesso em 26/04/2024.

2 Instituído pelo Decreto 9.204, revisado pela Lei nº 14.180, de julho de 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77511-decreto-n9-204-de-23-de-novembro-de-2017-pdf/file>>. Acesso em 05/03/2024.

3 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14180.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.180%2C20DE%201%C2%BA%20DE%20JULHO%20DE%202021.-,Mensagem%20de%20veto&text=Mensagem%20de%20veto-.Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20Ed>. Acesso em 29/04/2024.

4 Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm>. Acesso em 05/03/2024.

5 Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11713.htm>. Acesso em 05/03/2024.

6 Complemento à BNCC (CNE/CEB nº 2/2022). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 19/04/2024.



Ainda neste mesmo sentido, o documento ressalta que o desenho de políticas de tecnologia deve garantir que os professores sejam suficientemente treinados para compreender como aplicar a tecnologia digital para a aprendizagem, e não simplesmente como usar uma tecnologia específica.

Os dados do PISA de 2022 (OCDE, 2023)⁷ também trazem evidências sobre a importância da capacitação dos professores para orientar o uso adequado da tecnologia na sala de aula. Os resultados do relatório indicam que a variação na performance dos estudantes associada ao uso de dispositivos eletrônicos depende do modo como estes estão inseridos em sua rotina. Apesar de se distraírem com dispositivos eletrônicos nas aulas de matemática – 30% dos estudantes nos países-membros da OCDE e 45% dos estudantes brasileiros (OCDE, 2023, p. 101) – os estudantes dos países-membros da OCDE que utilizavam equipamentos digitais por até 1 hora diária para atividades de aprendizagem tendiam a ter uma nota 25 pontos mais alta em matemática do que estudantes que não utilizam tais equipamentos (OCDE, 2023, p. 193). Tais dados reforçam que a figura do professor capacitado em tecnologia é fundamental para garantir que os limites de tempo sejam respeitados e que os momentos dedicados ao uso dos dispositivos digitais sejam produtivos e benéficos ao aprendizado. Tendo em vista a importância da capacitação dos professores, o arcabouço normativo brasileiro incorpora a formação dos professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia como eixo estratégico para a implementação de políticas sobre adoção de tecnologias digitais na educação.

Mas, para tudo isso, é preciso superar o desafio sobre como implementar programas de formação docente em competências digitais, garantindo o alcance das iniciativas para que elas possam impactar o maior número possível de professores. Demonstrar como isto é possível é o objetivo desta Nota Técnica.

7 OCDE. (2023). PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education, PISA, OECD Publishing, Paris. Acesso em 07 de 02 de 2024, disponível em <<https://doi.org/10.1787/53f23881-en>>



2

REFERENCIAIS METODOLÓGICOS: EXPERIÊNCIAS ANTERIORES





2. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS: EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Uma estratégia para alcançar o objetivo de formar professores com competências digitais aptos a integrá-las de forma eficaz em suas práticas pedagógicas é buscar referências de experiências bem-sucedidas de implementação de programas de formação docente que possam inspirar esforços similares.

Há duas iniciativas desenvolvidas nos últimos anos que chamam a atenção pelos seus bons resultados obtidos: (i) o programa de Formação Docente em Competências Digitais, implementado no Mato Grosso, e o (ii) Formadores em Ação, executado no Paraná.

A (i) experiência do Mato Grosso destaca-se pela evolução significativa do nível de apropriação em competências digitais dos professores da rede estadual, depois de apenas um ano de implementação do programa. O avanço foi medido a partir da realização de um diagnóstico das habilidades dos professores e gestores escolares entre 2022 e 2023, realizado por meio de um recurso de autoavaliação desenvolvido pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB): o Guia EduTec⁸.

A ferramenta – on-line e gratuita – baseia-se em um questionário de autoavaliação respondido pelos educadores que busca identificar o patamar de apropriação tecnológica desses profissionais. Esse mapeamento foi uma etapa inicial fundamental do projeto. A partir dela, a rede pôde direcionar os professores e gestores para as trilhas formativas mais adequadas.

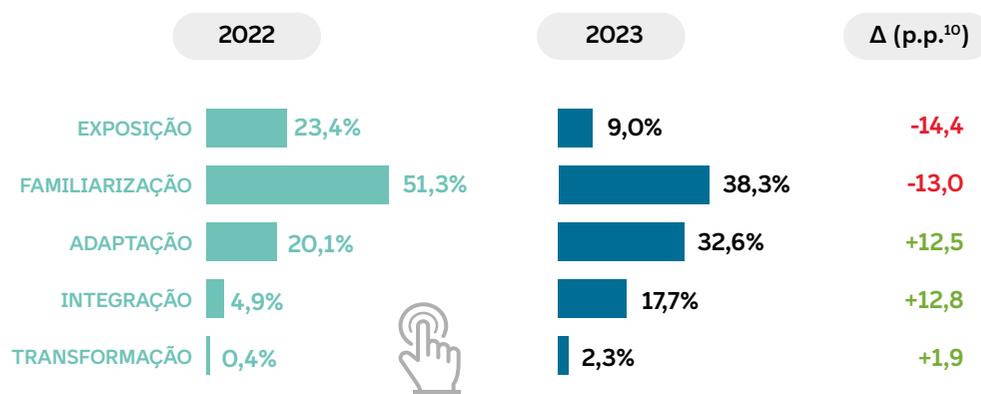
Ao final de 2022 foi feita uma mobilização para divulgação do recurso, estimulando os educadores a responderem o Guia EduTec. As respostas obtidas nesse momento fundamentaram o ponto de partida do Programa. No segundo semestre de 2023, a campanha para engajar a participação dos docentes e gestores na autoavaliação se repetiu. Desta forma, foi possível mensurar a evolução do desempenho dos respondentes após um ano de implementação do Programa.

Os resultados obtidos evidenciaram um avanço notável no nível de apropriação de competências digitais dos professores e gestores escolares. Houve um aumento significativo no percentual de educadores avaliados em patamares considerados adequados pelo CIEB (isto é, com notas superiores ou iguais a 3 em uma escala de 1 a 5). Esta proporção aumentou de 25,4% para 52,6%, representando um incremento significativo de 27,2 pontos percentuais (p.p) no período.

⁸ Disponível em: <<https://guiaEduTec.com.br/>>. Acesso em 05/04/2024.

FIGURA 1

Percentual médio de respostas da rede estadual do MT por nível de apropriação⁹ de tecnologias



Fonte: CIEB, 2023. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Destaca-se, porém, que essa evolução não pode ser atribuída somente à oferta de trilhas formativas. A implementação do Programa ocorreu no contexto do Pacto pela Digitalização, uma abrangente política do governo do Mato Grosso, inserida no programa Educação 10 anos, voltada para a potencialização da melhoria da aprendizagem na rede de ensino, que abraçou diversas medidas para impulsionar o desenvolvimento das competências digitais. A formulação e implementação da política contou com o apoio da Coalizão Tec¹¹, sob a liderança da Fundação Telefônica Vivo e do Instituto Natura.

A figura abaixo sintetiza cinco fatores-chave para explicar o sucesso do Programa, explorados em detalhes no [documento completo](#) de sistematização da experiência.¹²

Confira acessando o QR Code:



⁹ Detalhamento sobre os níveis de apropriação e a avaliação do Guia EduTec podem ser consultadas na seção 3.1 deste documento.

¹⁰ Evolução entre 2022 e 2023 em pontos percentuais (p.p)

¹¹ A Coalizão Tec é formada pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Natura, a Fundação Lemann, a MegaEdu, e o Instituto Sonho Grande. A Coalizão apoia as redes públicas de educação do Brasil e tem como objetivo potencializar o desenvolvimento integral dos estudantes por meio de adoção qualificada de tecnologia e sua disponibilidade de maneira equitativa nas escolas públicas.

¹² Disponível em: <<https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/acervo/formacao-docente-em-competencias-digitais-em-mato-grosso/>>. Acesso em 26/04/2024.

FIGURA 2

Resumo dos fatores para o sucesso da implementação do Programa de Formação em Competências Digitais no âmbito do Pacto pela Digitalização



Fonte: Fundação Telefônica Vivo. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

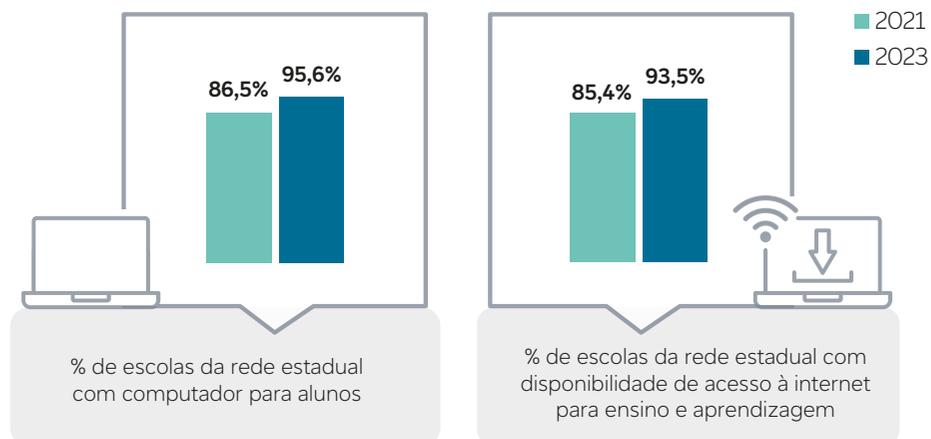
Todos esses fatores evidenciam o compromisso substancial da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) com o desenvolvimento de competências digitais dos professores da sua rede estadual, elevando o estado a uma posição de referência na implementação de programa de formação docente.

Vale mencionar que o estado também figura em posição de destaque em conectividade e infraestrutura. Dados do Censo Escolar 2023, divulgados pelo Inep, mostram que 93,5% da rede estadual tem acesso à internet para ensino e aprendizagem, enquanto a média registrada para o Brasil é de 76,0%. Além disso, 95,6% das escolas do estado contam com computadores disponíveis para os alunos, percentual também superior à média Brasil (87,9%). Ademais, é importante destacar que essas porcentagens avançaram significativamente nos últimos dois anos, já refletindo os investimentos do estado em infraestrutura e conectividade.



FIGURA 3

Evolução dos resultados de conectividade e infraestrutura na rede estadual do Mato Grosso



Fonte: Inep, Censo Escolar. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Como mencionado anteriormente, outro caso de destaque é o (ii) Paraná. O sistema educacional do estado já ocupa uma posição de evidência há alguns anos: entre 2019 e 2021 o Paraná saiu da terceira posição no *ranking* IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) Ensino Médio para o primeiro lugar. Nesse mesmo período, o estado apresentou avanços significativos em todas as etapas de ensino com resultados que superam a média nacional.

TABELA 1

Resultados do IDEB

IDEB	2019	2021	Avanço	
 Ensino Médio	Paraná	4,40	4,60	↑
	Brasil	3,90	3,90	→
 Ensino Fundamental (anos iniciais)	Paraná	5,10	5,20	↑
	Brasil	4,70	5,00	↑
 Ensino Fundamental (anos finais)	Paraná	6,80	7,10	↑
	Brasil	6,10	5,90	↓

Fonte: Inep. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Esta evolução também tem sido impulsionada pela incorporação da tecnologia na sala de aula. Dados mostram que programas pedagógicos com base tecnológica têm ganhado força nas escolas. Além de propiciar inovação para os alunos, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Seed também investiu na capacitação dos professores e em infraestrutura, com o objetivo de garantir que estudantes e profissionais tivessem condições de acesso a todos os programas desenvolvidos. A tabela abaixo resume alguns programas desenvolvidos:

TABELA 2

Destaques do uso da tecnologia na educação no Paraná

Nome	Descrição
Inglês Paraná	Investimento de R\$ 12,9 milhões em 2021. O projeto consiste em uma plataforma educacional autoinstrutiva de língua inglesa, disponível para até 420 mil alunos do 6º ano até o Ensino Médio. Também oferece aulas on-line ao vivo para mais de 4 mil professores da disciplina.
Redação Paraná	A plataforma desenvolvida pela própria Secretaria também foi disponibilizada a alunos e professores. O projeto usa inteligência artificial para auxiliar na correção de redações, analisando o texto em tempo real, apontando os erros e fornecendo explicações sobre eles.
Robótica Paraná	Distribuição de mais de 2,5 mil kits de robótica para mais de 250 colégios da rede estadual do Paraná. Os kits, que correspondem a um investimento de R\$ 9,1 milhões, são compostos por notebooks e um conjunto de peças com 448 componentes eletrônicos, incluindo motores, sensores, atuadores e microprocessadores. Eles são usados em projetos tecnológicos desenvolvidos na escola, durante aulas de robótica oferecidas para estudantes do Ensino Médio. O conteúdo engloba programação de robótica básica, automação, conceitos de IoT (internet das coisas) e domótica – área relativa à integração de mecanismos tecnológicos em uma residência.
EDUTECH	O Governo do Estado também investiu, em 2021, R\$ 4 milhões em um programa que oferece aulas de programação, jogos e animação para alunos do Estado. As trilhas de ensino dos cursos se dividem por séries. Dentre as possibilidades para cada uma delas, estão games e animação, ciência de dados, programação front-end, desenvolvimento mobile e programação em Java e em Python.
Matemática Gamificada	Outro projeto que ganhou destaque neste ano foi a plataforma de matemática gamificada. O programa teve um investimento de R\$ 7,4 milhões com o propósito de ensinar conceitos e operações matemáticas aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental por meio de jogos.

Fonte: Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Na-educacao-Parana-consolidou-uso-de-tecnologia-para-aprendizagem-nas-salas-de-aula>> Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Cumpra mencionar que o estado também é destaque em conectividade e infraestrutura. Dados do Censo Escolar 2023, divulgados pelo Inep, mostram que 95,7% da rede estadual tem acesso à internet para ensino e aprendizagem, enquanto a média registrada para o Brasil é de 76,0%. Além disso, 99,8% das escolas do estado contam com computadores disponíveis para os alunos, percentual também superior à média Brasil (87,9%).

Os elementos apresentados acima evidenciam a posição de referência assumida pelos dois estados na temática sobre o uso da tecnologia como aliada à educação. Ainda que inseridas em contextos diferentes, é interessante observar que as experiências compartilham um fator em comum: ambas se baseiam em modelo de concessão de bolsas a atores envolvidos na organização do programa.

Na próxima seção serão apresentados mais detalhes sobre a estruturação dos programas implementados nos dois estados e como o modelo de concessão de bolsas foi fundamental para o êxito das experiências.

2.1 A EXPERIÊNCIA NO MATO GROSSO

Em 2022, a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) deu início à implementação de um programa de formação docente em competências digitais, cuja execução ocorreu ao longo de 2023. Como mencionado anteriormente, este projeto foi concebido como parte do Pacto pela Digitalização, uma política abrangente do governo estadual inserida no programa EducAção 10 anos, que visa potencializar a aprendizagem na rede de ensino.

Estruturado em trilhas formativas, o programa contou com 19.746 inscritos em 2023. Ao todo, foram oferecidas até 66 horas de formação durante o ano. Cada trilha oferecida foi composta por cursos distintos (desagregados pelas áreas pedagógica, cidadania digital e desenvolvimento profissional) e oferecidos em formato híbrido: contando com webinars ou módulos autoinstrucionais, além de sempre incluir alguma oficina presencial com cargas horárias variadas.

A título de exemplo, para uma das trilhas estavam previstos quatro módulos para o curso pedagógico, como ilustrado abaixo:

FIGURA 4

**Exemplo de módulos oferecidos para professores
(Curso “Integrando as competências digitais no ensinar e aprender”)**



Fonte e Elaboração: Fundação Telefônica Vivo.

2.1.1 O MODELO DE MULTIPLICADORES COMO CHAVE PARA A IMPLEMENTAÇÃO

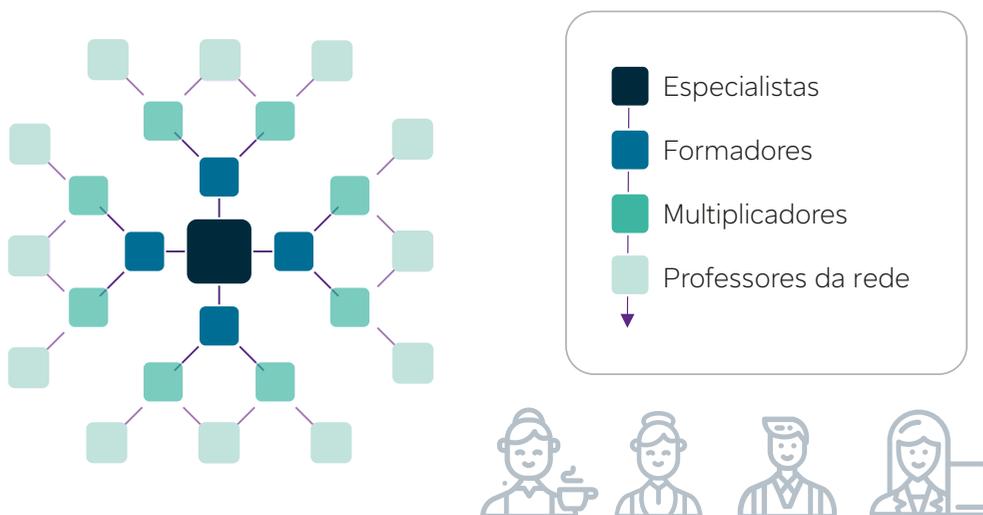
O programa de formação docente em competências digitais teve sua execução viabilizada a partir de uma parceria da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) com a Fundação Telefônica Vivo e o Instituto Natura.

Para promover a oferta das trilhas aos educadores no calendário descrito foi necessário um período de preparação das trilhas e dos formadores, processo que contou com uma vasta equipe de apoio.

Além da participação de especialistas da Sincroniza Educação (parceiro executor do programa dentro da rede), o projeto demandou o envolvimento dos chamados formadores de tecnologia e multiplicadores, estes últimos contratados pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) via edital, responsáveis por ampliar o alcance das trilhas formativas. A Figura 5 abaixo ilustra, de forma simplificada, a relação entre os mencionados agentes para a oferta dos módulos presenciais (e alguns webinários) das trilhas formativas:

FIGURA 5

Relação ilustrativa entre os agentes do programa



Fonte e Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Os especialistas eram profissionais contratados para conduzir processos de formação e acompanhamento no contexto do Pacto pela Digitalização dos formadores de tecnologia. Tais formadores já eram professores da rede com especialização em tecnologia e foram selecionados para formar os multiplicadores. Estes, por sua vez, replicavam as formações presenciais, possibilitando maior alcance das formações oferecidas aos cursistas finais em todo o processo.

Como mencionado, os multiplicadores foram selecionados por Edital¹³ divulgado em março de 2023, que previa o pagamento de bolsa para professores da rede a partir de critérios específicos, como realização prévia da autoavaliação do Guia EduTec, por exemplo. Após a classificação, os multiplicadores bolsistas participaram de formação promovida pelos formadores para entendimento das trilhas formativas e posterior acompanhamento e multiplicação junto aos professores cursistas.

É válido mencionar que, na prática, assim como os multiplicadores, os formadores de tecnologia replicaram algumas formações diretamente com os professores. Ao longo da execução do programa foram necessárias algumas realocações de funções entre tais atores para atender a necessidades pontuais. A Tabela 3 abaixo resume as atividades desempenhadas por todos os agentes responsáveis pelo planejamento e execução do projeto:

TABELA 3

Principais atores da implementação do projeto

Fórum	Envolvidos	Principais responsabilidades
Especialistas	3 em 2023	Formar e acompanhar formadores e multiplicadores.
Formadores de tecnologia	28 (2 por DRE)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formar os multiplicadores bolsistas; ✓ Replicar a formação com professores e gestores da rede de ensino em alguns casos; ✓ Organizar a logística de aplicação das formações com os cursistas; ✓ Acompanhar e orientar os multiplicadores bolsistas; ✓ Contribuir para a contextualização de exemplos, estratégias e ferramentas dos cursos, de acordo com as especificidades da rede e dos segmentos em que os professores atuam.
Multiplicadores	150	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Replicar as formações presenciais aos cursistas finais; ✓ Acompanhar o progresso dos cursistas; ✓ Engajar os professores na realização das atividades e na participação das trilhas formativas; ✓ Apoiar os professores com as dúvidas e planejamentos para aplicação em aulas; ✓ Contribuir para a contextualização do projeto de acordo com as especificidades da rede e dos segmentos em que os professores atuam.

Fonte e Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

13 Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28.453. Disponível em: <Diário Oficial / Visualizacoes (iomat.mt.gov.br)>. Acesso em: 18/01/2024.

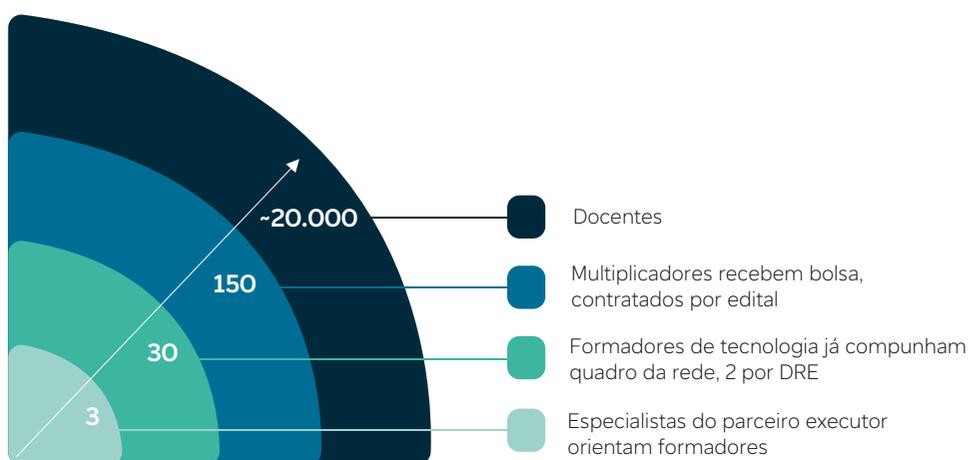
Cumpramos ressaltar que a Sincroniza Educação, a Fundação Telefônica Vivo e o Instituto Natura acompanharam os formadores e multiplicadores ao longo de todo o projeto, dando suporte e eliminando dúvidas referentes à replicação das pautas formativas com os professores. O cronograma da Sincroniza contemplava uma rotina de reuniões mensais com os formadores de tecnologia e uma série de encontros presenciais e remotos para passagem de conhecimento a estes agentes.

2.1.2 OS CUSTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE MULTIPLICADORES NO MT

Como apresentado na seção anterior, o papel desempenhado pelos formadores e multiplicadores foi fundamental para garantir o alcance do programa de formação docente em competências digitais no MT. A figura abaixo sintetiza o total de profissionais necessários em 2023 para atender a aproximadamente 20.000 professores da rede estadual:

FIGURA 6

Total de profissionais diretamente envolvidos na oferta das trilhas formativas oferecidas



Fonte e Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Considerando que as bolsas foram pagas aos multiplicadores, a análise desta seção se limitará a apresentar as estimativas de custos envolvendo estes profissionais. Os totais apresentados foram extraídos do próprio Edital¹⁴ publicado para contratação destes atores. A partir dos valores apresentados, é possível calcular os custos de concessão de bolsas conforme indicado pela tabela abaixo.:

¹⁴ Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28.453. Disponível em: < Diário Oficial / Visualizacoes (iomat.mt.gov.br)>. Acesso em: 18/01/2024.

TABELA 4**Valores das bolsas concedidas**

 Tipo de bolsa	 Vagas	 Remuneração/mês	 Carga Horária Semanal	 Custo/mês
Tipo I	30	R\$ 2.500	14h	R\$ 75.000
Tipo II	120	R\$ 1.500	10h	R\$ 180.000
TOTAL	150	R\$ 1.500 - R\$ 2.500	-	R\$ 255.000

Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) e Fundação Telefônica Vivo.
Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

É importante notar que foram concedidos dois tipos de bolsas com cargas horárias e valores distintos. Os multiplicadores com bolsas do tipo I funcionaram como pontos focais em cada DRE, com algumas atribuições adicionais como: atuação como tutores nas formações on-line para mediar discussões em fóruns e realização de eventuais intervenções necessárias.

Como apresentado pela tabela, estima-se que o custo mensal para arcar com as bolsas dos multiplicadores tenha sido próxima a R\$ 255 mil por mês ou, de forma equivalente, R\$ 3,06 milhões ao ano.

Vale reforçar que esses cálculos não incluem os custos associados ao deslocamento dos multiplicadores para as oficinas presenciais.

2.1.3 EXTRAPOLANDO O MODELO DE MATO GROSSO PARA OUTROS ESTADOS

Como discutido na seção anterior, a distribuição das bolsas concedidas no Mato Grosso seguiu alguns critérios específicos. A extrapolação da estimativa de custo para outras localidades depende, portanto, da possibilidade de replicar tais critérios para outras regiões.

Como as formações oferecidas incluíam oficinas presenciais, a localização geográfica foi um fator determinante na distribuição das bolsas. Para otimizar a logística envolvendo a parte presencial dos cursos, era importante agregar as turmas de cursistas de acordo com sua geolocalização, facilitando o deslocamento dos multiplicadores.

Por isso, as diretorias regionais de educação (DREs), divisões administrativas que coordenam a implantação de políticas educacionais em territórios específicos, foram utilizadas como parâmetros para determinar a distribuição das bolsas.

No caso do Mato Grosso, havia trinta vagas disponíveis para multiplicadores do tipo I, o equivalente a duas bolsas por DRE. O cálculo do número de profissionais necessários para cada estado passa, portanto, pela identificação do total de DREs existentes em cada UF.

Como existem estados que ainda não têm diretorias regionais estruturadas, é possível utilizar outras agregações espaciais como *proxy*. Como exemplo, pode-se utilizar o conceito de *região geográfica imediata*. Esta divisão territorial, disponível nos microdados do Censo Escolar do Inep, agrupa escolas com base na proximidade geográfica e na influência mútua entre os municípios. No caso do Mato Grosso, por exemplo, há 18 regiões geográficas imediatas (RGIs), um número bastante próximo ao total de 15 DREs. Cumpre mencionar que essa classificação é amplamente utilizada para análises estatísticas e planejamento educacional em nível regional.

Os dados do Censo Escolar indicam a existência de 510 regiões geográficas imediatas em todo o país. A partir desta informação -e da proporção de referência utilizada para o caso do Mato Grosso (2 multiplicadores tipo I por DRE)- é possível então estimar que seriam necessários 1.020 multiplicadores do tipo I para replicar o programa de formação do MT a todo o Brasil. Considerando o custo de uma bolsa (R\$ 2.500/mês), o gasto estimado seria de R\$ 2,55 milhões mensais, como indicado na tabela abaixo. No ano, este custo equivaleria a R\$ 30,6 milhões.

TABELA 5
Custo estimado para fornecer bolsas a multiplicadores (tipo I)

Localidade 	RGIs ou DREs	Bolsas necessárias	Custo/mês	Custo/ano
 MT	15	30	R\$ 75.000	R\$ 900.000
 Brasil	510	1.020	R\$ 2.550.000	R\$ 30.600.000

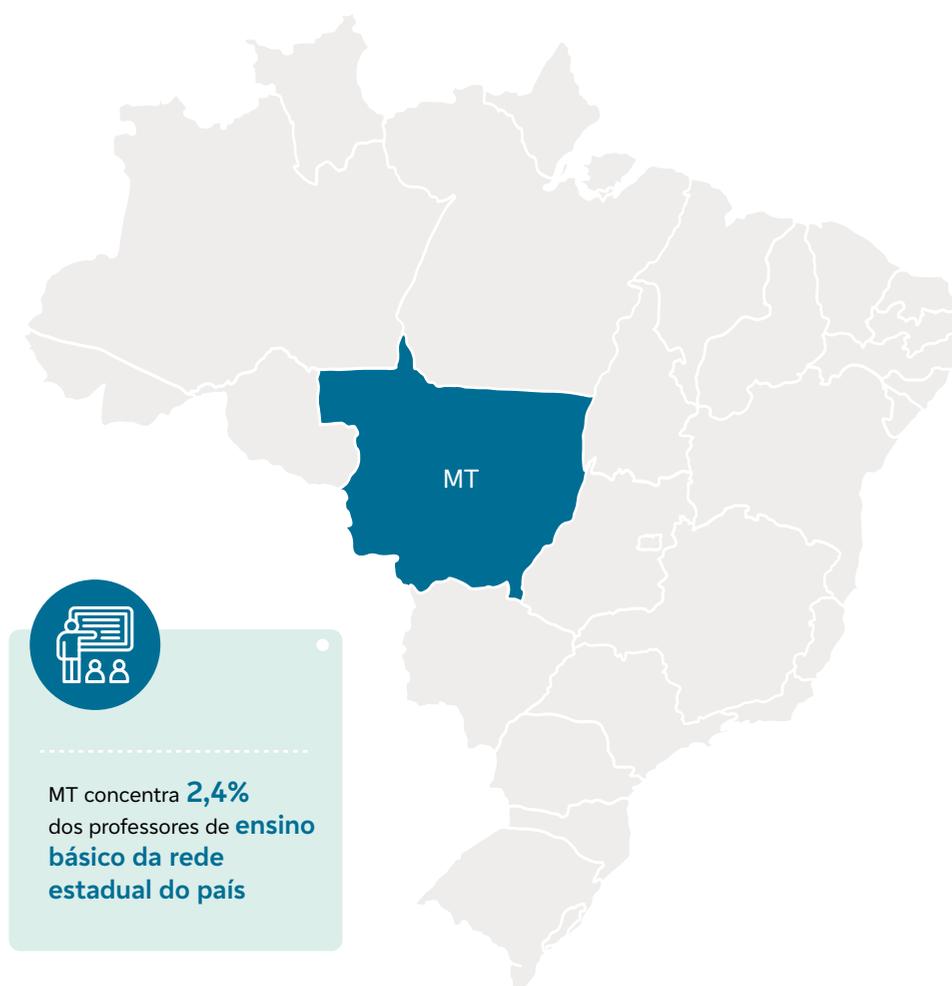
Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) e Fundação Telefônica Vivo. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

A estimativa acima corresponde somente a uma parte dos custos totais, sendo ainda necessário calcular os gastos para a concessão de bolsas a multiplicadores do tipo II. No caso do Mato Grosso, estas também foram distribuídas entre as DREs do estado. Contudo, a divisão não seguiu uma proporção fixa, mas foi feita considerando a participação de professores de cada regional no total de docentes da rede estadual do Mato Grosso. O detalhamento sobre a divisão dos multiplicadores por regional pode ser encontrado na próxima subseção.

Considerando que o estado concentra aproximadamente 2,4% dos professores da rede estadual no país e que contou com a atuação de 120 multiplicadores do tipo II para alcançar esses docentes, pode-se estimar que, para atingir 100% dos docentes no Brasil, seriam necessárias, aproximadamente 5.000 bolsas, conforme indicado pela tabela abaixo. Como cada bolsa tinha um valor mensal de R\$ 1.500, estima-se que o custo total desses multiplicadores seria de R\$ 7,5 milhões por mês ou, de forma equivalente, R\$ 90 milhões por ano.

FIGURA 7

Representatividade da rede estadual do Mato Grosso



Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) e Fundação Telefônica Vivo.
Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

TABELA 6

Custo estimado para fornecer bolsas a multiplicadores (tipo II)

Localidade	Participação dos professores na rede estadual do Brasil	Bolsas necessárias	Custo/mês	Custo/ano
MT	2,4%	120	R\$ 180.000	R\$ 2.160.000
Brasil	100%	5.000	R\$ 7.500.000	R\$ 90.000.000

Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) e Fundação Telefônica Vivo.
Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

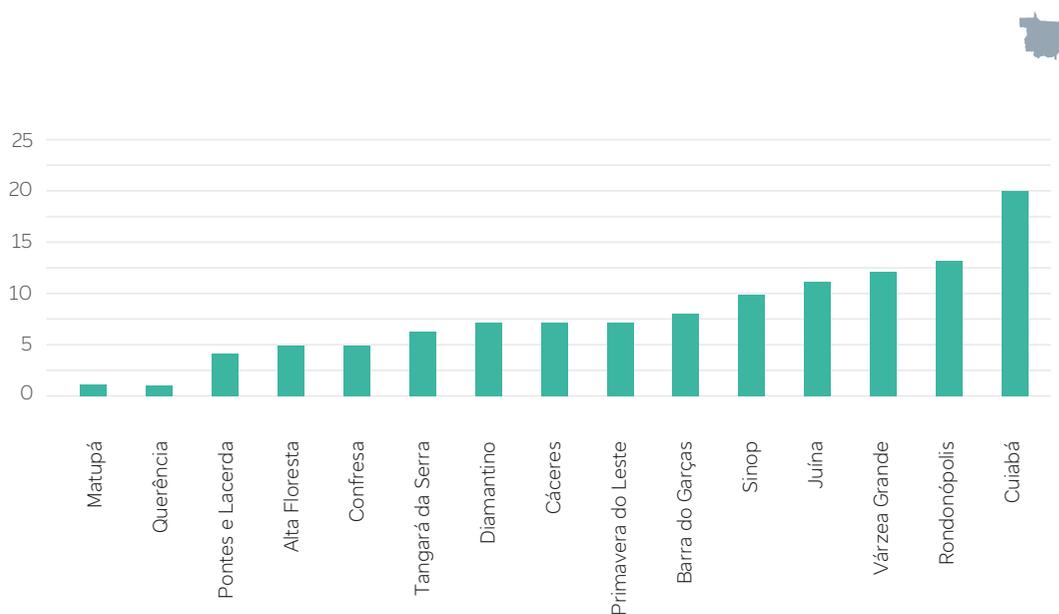
Tendo em vista os dois componentes de custo calculados (tipo I e II), pode-se afirmar que o custo total para estender o programa de bolsas a todo o Brasil seria de, aproximadamente, R\$ 120,6 milhões ao ano (resultado da soma do custo das bolsas do tipo I, igual a R\$ 30,6 milhões, e do custo das bolsas do tipo II, igual a R\$ 90 milhões).

2.1.3.1 LÓGICA PARA DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS A MULTIPLICADORES DO TIPO II

Como mencionado nas seções anteriores, foi divulgado um edital¹⁵ com a lista das bolsas a multiplicadores, desagregadas por municípios. O gráfico abaixo mostra o total de vagas do tipo II disponíveis, agregadas por regional do estado:

FIGURA 8

Distribuição de multiplicadores tipo II por DRE no MT, conforme definição do edital¹⁶



Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT). Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

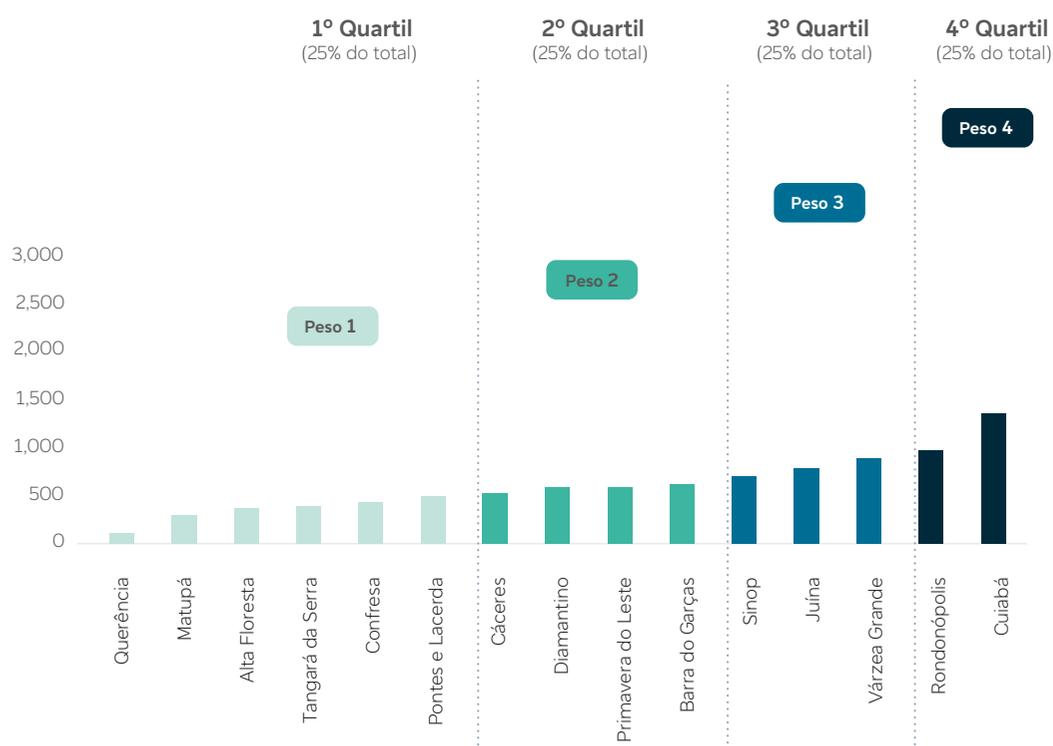
15 Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28.453. Disponível em: < Diário Oficial / Visualizacoes (iomat.mt.gov.br)>. Acesso em: 18/01/2024.

16 Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28.453. Disponível em: < Diário Oficial / Visualizacoes (iomat.mt.gov.br)>. Acesso em: 18/01/2024.

A partir da análise desses totais, é possível identificar que algumas DREs receberam mais bolsas do que outras. Tal distribuição coincide com as próprias diferenças associadas à concentração de professores em cada regional: em média, o maior número de vagas é destinado às regionais com mais professores. A comparação entre as figuras 8 e 9 evidencia esse padrão:

FIGURA 9

Total de professores da rede estadual do MT



Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT). Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

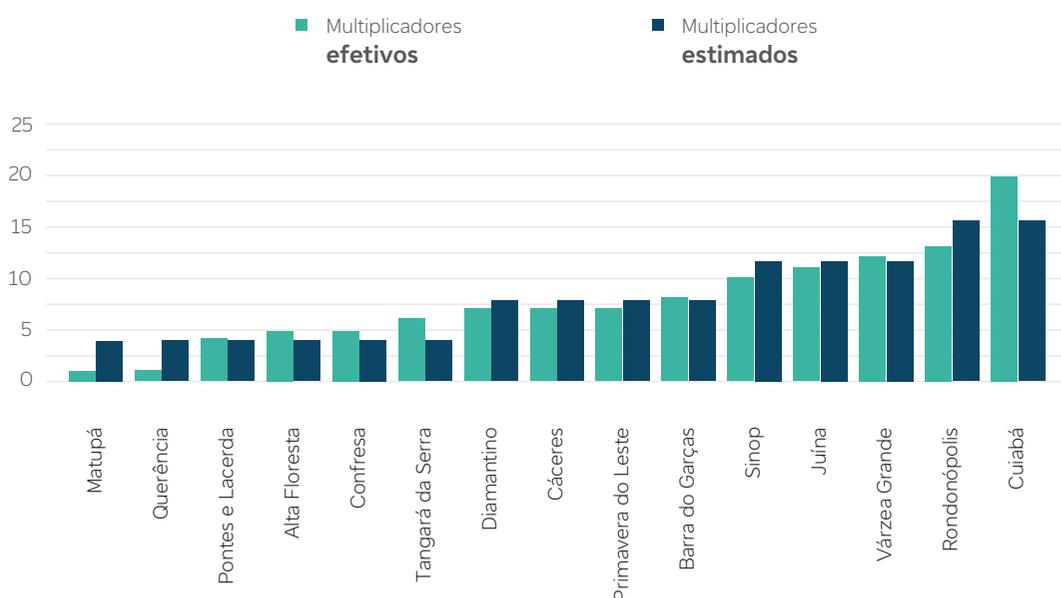
A divisão do conjunto de professores em quartis (quatro grupos iguais) conforme ilustrado acima ajuda a entender a lógica por trás da distribuição das bolsas entre as DREs. É possível observar que duas regionais do último quartil (Rondonópolis e Cuiabá) respondem, sozinhas, por 25% dos docentes da rede estadual do Mato Grosso. Esse mesmo percentual é atingido a partir da soma da participação de sete outras regionais do primeiro quartil. Portanto, o número de bolsas que estas regiões recebem deve ser proporcional a sua concentração de professores para garantir que todos sejam atendidos pelo programa de forma equitativa.

Em outras palavras, as regionais do segundo quartil devem ter um peso maior na distribuição das bolsas em comparação com as do primeiro quartil, as do terceiro quartil devem ter um peso ainda maior do que as do segundo quartil, e assim por diante. Seguindo essa lógica, a Figura 9 acima indica um peso diferente atribuído para cada quartil.

No caso do Mato Grosso, isso significa dizer que, das 120 bolsas disponíveis, aproximadamente 4 deveriam ser direcionadas a cada regional do primeiro quartil, enquanto as DREs do último quartil deveriam receber aproximadamente 16 bolsas cada. Isto é, a partir da lógica apresentada, é possível estimar o total de vagas a multiplicadores (assim como número de bolsas correspondente) necessários para cada regional para operacionalizar o programa. A figura abaixo indica os resultados dessas estimativas, evidenciando que o número de vagas calculadas está bastante próximo ao que foi efetivamente divulgado no edital.

FIGURA 10

Distribuição de multiplicadores tipo II por DRE no MT, conforme definição do edital¹⁷ e estimativas próprias



Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso (Seduc/MT) e Fundação Telefônica Vivo.
Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Considerando a proximidade dos resultados estimados em relação ao número efetivamente divulgado no edital, pode-se afirmar que a metodologia apresentada pode ser aplicada para outros estados também. Essa abordagem oferece uma estrutura para a distribuição de bolsas entre as diferentes regiões, garantindo que todas as áreas sejam atendidas de forma proporcional à sua concentração de professores. Portanto, ao adaptar essa metodologia para outros estados, pode-se esperar resultados semelhantes, proporcionando uma base consistente para a implementação do programa em todo o país.

¹⁷ Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº 28.453. Disponível em: < Diário Oficial / Visualizacoes (iomat.mt.gov.br)>. Acesso em: 18/01/2024.



2.2 A EXPERIÊNCIA DO PARANÁ

Em meados de 2020, em meio à pandemia da COVID-19 e às restrições de distanciamento social que surgiram como necessidade naquele momento, o estado do Paraná lançou o Programa Formadores em Ação. Concebida com o objetivo de oferecer formação mediada por tecnologia, a iniciativa caracteriza-se por um alto nível de interação entre os professores. Seu cerne reside na ideia de uma formação “de professor para professor”, visando fortalecer a rede educacional por meio do intercâmbio de conhecimento.

O programa é estruturado em uma base trimestral, com os participantes se reunindo semanalmente em sessões virtuais síncronas (via *Google Meet*). Cada encontro tem a duração de 1 hora e 40 minutos, totalizando uma carga horária de 40 horas ao longo do trimestre. Esses grupos, compostos por até 20 professores de diferentes escolas e regiões, são organizados de acordo com os componentes curriculares -abrangendo desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio- ou com foco em temas específicos, como pensamento computacional, mídias digitais e processos criativos, programação, gestão de sala de aula, educação inclusiva e engajamento na aprendizagem. A participação nos grupos é voluntária e é reavaliada a cada trimestre para garantir a continuidade do engajamento.

Para assegurar uma formação de qualidade, os formadores - que são professores da rede selecionados através de edital- recebem suporte pedagógico de tutores designados para cada regional. Esse acompanhamento próximo e eficaz ao longo de todo o processo formativo visa garantir que os objetivos do programa sejam alcançados de maneira eficiente. A próxima seção será dedicada a explorar, em mais detalhes, como o modelo de organização desses formadores foi crucial para o sucesso da implementação.

Existem uma série de razões que tornam o Formadores em Ação um objeto de estudo interessante. Nos últimos anos, o estado do Paraná testemunhou uma evolução significativa nos indicadores de aprendizagem dos estudantes, particularmente no Ensino Médio, saindo do 7º lugar, entre as 27 unidades federativas do Brasil no IDEB de 2017, para a posição de destaque no IDEB de 2021, alcançando o 1º lugar. Este salto em apenas quatro anos ilustra o potencial transformador que pode ser alcançado em um período relativamente curto.

A própria evolução acelerada do programa evidencia o sucesso da implementação dele, assim como seu potencial como referência para novas experiências educacionais. Inicialmente concebido com quatro componentes curriculares - Biologia, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática - o programa expandiu-se no mesmo ano de sua criação para incluir História, Geografia e Química. Em menos de três anos, conseguiu abranger todos os componentes curriculares, demonstrando um crescimento exponencial notável. Este sucesso é um indicador claro da capacidade do programa de se adaptar e expandir de forma abrangente para atender às necessidades educacionais em constante mudança. A figura abaixo ilustra os resultados que caracterizaram o programa em 2023:

FIGURA 11

Grandes números do programa Formadores em Ação 2023



Fonte: Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Seed. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/formadores_acao>. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Cumpramos ressaltar que a expansão rápida do programa só foi possível porque, antes mesmo do programa Formadores em Ação, já estavam estabelecidas condições que facilitavam um alinhamento significativo entre as escolas da rede: todas adotavam o ano letivo dividido por trimestres, utilizavam o mesmo Referencial Curricular e se baseavam no mesmo material de apoio ao professor, desenvolvido pela própria Secretaria de Educação em consulta²⁰ a professores e alunos. Esses elementos estruturais proporcionaram a criação de uma formação que reunia educadores de diferentes instituições e abordava conteúdos pertinentes a todos.

2.2.1 O MODELO DE TUTORES E FORMADORES COMO CHAVE PARA A IMPLEMENTAÇÃO

Com o objetivo de sistematizar o trabalho que foi desenvolvido para implementação do Formadores em Ação no Paraná, o Profissão Docente²¹, divulgou um documento²² que destaca os principais atores envolvidos na implementação do programa, ressaltando o modelo de organização entre eles como um fator determinante para o sucesso da iniciativa. A figura abaixo reproduz, de forma esquemática, a relação entre esses participantes:

18 12 desses temas eram diretamente relacionados à tecnologia (como "Pensamento Computacional", "Programação" etc.).

19 Cursistas não únicos: um professor pode ter realizado mais de um curso e ter sido contabilizado mais de uma vez. O total de professores únicos da rede estadual em 2023 foi de 44.411, aproximadamente 97% da rede estadual do Paraná.

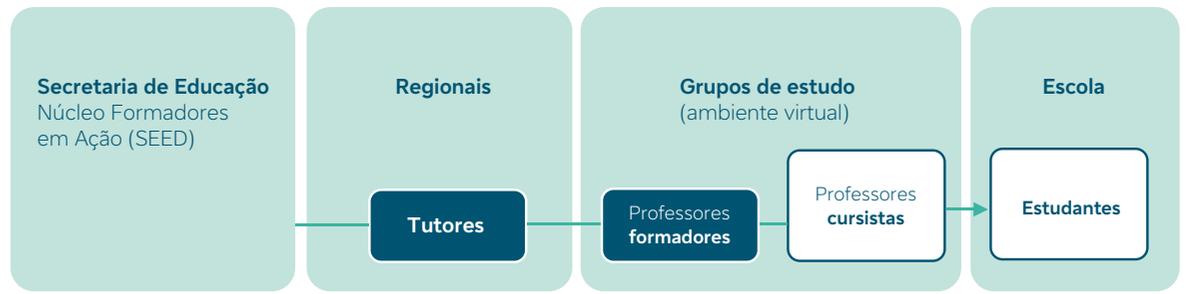
20 Fonte: Profissão Docente. A política de formação continuada no Paraná. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/_files/ugd/1f15e7_fc0b6612aeb449e8841edf4496142a38.pdf> Acesso em: 19/04/2024.

21 Coalização de organizações do terceiro setor que atuam para a melhoria da educação, composto por Instituto Península, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Todos pela Educação, Fundação Telefônica Vivo e Fundação Lucia e Pelerson Penido.

22 A Política de Formação Continuada do Paraná: formação entre pares mediada por tecnologias. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/_files/ugd/1f15e7_fc0b6612aeb449e8841edf4496142a38.pdf>. Acesso em: 01/04/2024.

FIGURA 12

Principais atores envolvidos na implementação do Formadores em Ação



1 SEED

Responsável pela gestão administrativa e pedagógica do programa. Há uma equipe para produção do conteúdo das formações e outra para o acompanhamento pedagógico dos formadores e dos tutores

2 Tutores

Professores da rede, atuantes no NRE (Núcleo Regional de Educação), responsáveis por acompanhar os grupos de estudo e as atividades dos formadores, numa perspectiva pedagógica. Um tutor acompanha até 10 formadores

3 Formadores

Professores da rede selecionados via edital para serem formadores dos professores cursistas. Esses profissionais continuam atuando em sala de aula, com dedicação parcial à orientação de grupos de estudos. O formador tem prioridade no processo de atribuição de aulas e recebe pontuação para progressão na carreira. Um formador coordena até 3 grupos de estudos

4 Cursistas

Professores da rede que estão atuando em sala de aula e participam da formação como aluno. Os cursistas podem utilizar até duas horas-atividade por semana para se dedicarem ao grupo de estudo. Ao participarem, os cursistas recebem pontuação para progressão na carreira e têm prioridade no processo de atribuição de aulas

5 Estudantes

Alunos da rede estadual de ensino. Todas as ações do programa são pensadas para fortalecer a prática pedagógica e impactar positivamente a aprendizagem dos estudantes

Fonte: Profissão Docente. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Como ilustrado acima, os tutores e formadores têm papel central na implementação do programa. Sobre a atuação dos formadores, é importante destacar que eles recebem uma bolsa de R\$ 1.540,48²³ reais mensais para exercerem funções de condução dos encontros formativos, apropriação de roteiros de formação e produção de relatórios sobre as atividades do grupo de estudo. Dessa forma, as bolsas foram instrumentos fundamentais para garantir o reconhecimento e a dedicação destes profissionais. A próxima seção dedica-se a analisar os custos associados à concessão de tais bolsas no Paraná.

2.2.2 OS CUSTOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS NO PARANÁ

De acordo com os grandes números mencionados no início deste capítulo, sabe-se que foram necessários 523 formadores para atender a 5.367 turmas ao longo de 2023. Assumindo que esses formadores estiveram ativos, exercendo essa função, durante todos os meses do ano e que cada um deles recebia uma bolsa de R\$ 1.540,48 por mês, pode-se calcular um custo mensal de 805 mil ou, alternativamente, de 9,6 milhões por ano, como indicado pela Tabela 7.

TABELA 7

Custo estimado para concessão de bolsas em um ano representativo

 Formadores ativos em um mês	Valor da bolsa (R\$/mês)	Custo total (R\$/mês)	Custo total (R\$/ano)
523	1.540,48	805.671	9.668.052

Fonte: Secretaria de Estado da Educação do Paraná – Seed e Fundação Telefônica Vivo.
Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

Cumpramos ressaltar que, como o Formadores em Ação foi desenhado com encontros on-line, não existiram custos adicionais com deslocamento desses formadores.

23 Paraná, Edital nº 015/2023. Disponível <https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/EDITAL_015_2023_FormadoresemAcaoEstado_2024%20%281%29.pdf>. Acesso em: 18/04/2024. É importante mencionar que, no início do programa, os professores recebiam uma bolsa de R\$ 600 mensais e, em média, orientavam uma turma – Edital N.º 12/2020, disponível em <https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/edital_122020_dgseed_professorformador.pdf>. Com a evolução do projeto, o valor foi atualizado para R\$ 1.540,48 mensais e os formadores passaram a orientar, em média, 3 turmas.

2.2.3 EXTRAPOLANDO O MODELO DO PARANÁ PARA OUTROS ESTADOS

Como mencionado nas seções anteriores, cada formador do Paraná coordenava até 3 grupos de estudos com uma média de 20 professores cursistas. Depreende-se, portanto, que o número de formadores necessários para o funcionamento do programa é diretamente proporcional ao total de professores da rede estadual que devem ser atendidos.

Considerando que os professores da rede estadual representam 6,8% dos docentes de educação básica do Brasil e que o custo estimado para alcançar esse percentual é de R\$ 9,6 milhões, pode-se inferir que seriam necessários aproximadamente R\$ 142 milhões por ano para expandir o programa para todo o país, conforme ilustrado na figura abaixo:

FIGURA 13

Representatividade da rede estadual do Paraná

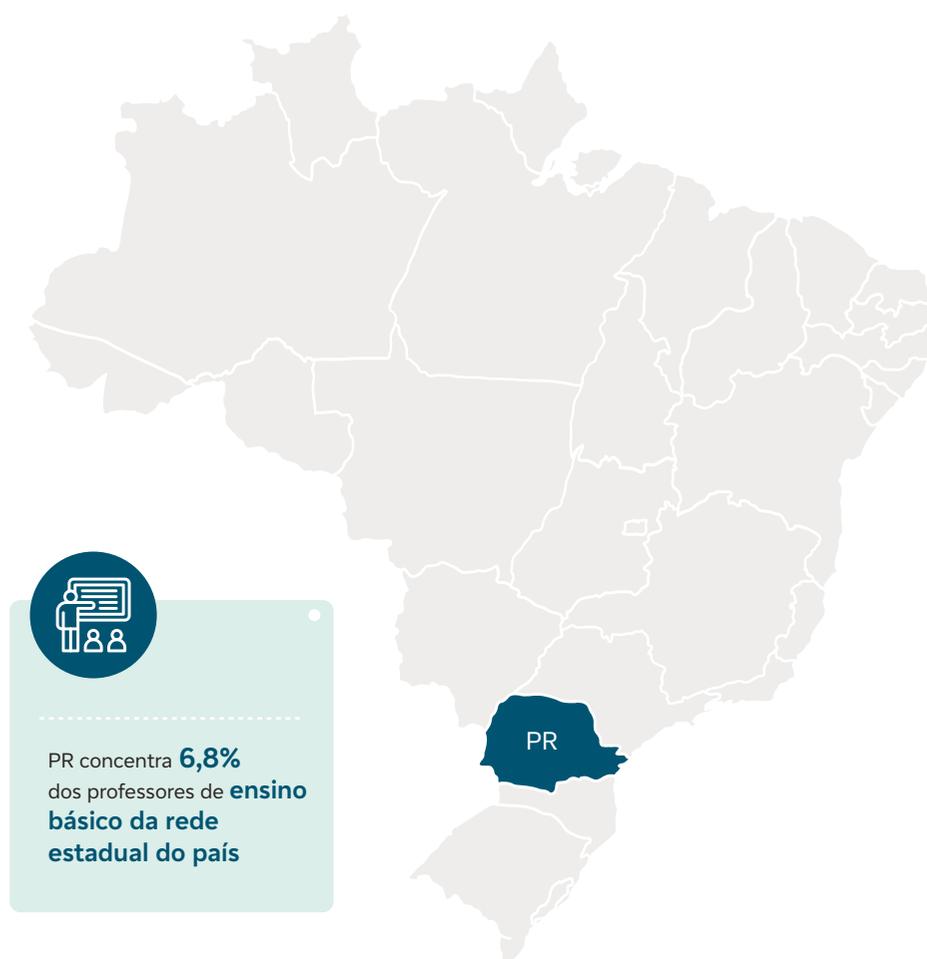


TABELA 8

Custo anual para concessão de bolsas por representatividade regional

Região 	Representatividade da rede estadual da UF no Brasil	Custo total (R\$/ano)
 PR	6,8%	9.668.052
 Brasil	100%	142.177.242

Fonte: Inep, Censo Escolar 2023. Elaboração: Fundação Telefônica Vivo

2.3 EXPERIÊNCIAS QUE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO JÁ TEM COM OFERTA DE BOLSAS

Ofertas prévias de bolsas nacionais para educadores no papel de formadores apontam caminhos bem-sucedidos de implementação desta prática pelo MEC.

Resgata-se aqui duas recentes experiências com o objetivo de inspirar alternativas possíveis para realização de novas propostas, complementares às já apresentadas. São elas:

- Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC)
- Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – Renalfa

Em março de 2018, o MEC lançou o Programa de Apoio à Implementação da BNCC, o ProBNCC, com o objetivo de auxiliar estados, municípios e o Distrito Federal na elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC.

O programa dava apoio às redes de três formas:

1. Apoio técnico, a partir de documentos, formação e visitas;
2. Montagem de uma equipe de bolsistas para realizar as atividades do programa no estado;
3. Transferência de recursos para a secretaria estadual, que só poderiam ser executados em ações que envolvessem as secretarias municipais.

As regras para pagamento de bolsas foram especificadas na Portaria nº 331/18.

[Extrato] PORTARIA Nº 331, DE 5 DE ABRIL DE 2018

DOU - Publicado em: 06/04/2018 | Edição: 66 | Seção: 1 | Página: 10 Órgão: Ministério da Educação / Gabinete do Ministro

Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.

(...)

Art. 9º No âmbito do ProBNCC, as ações de formação continuada e elaboração de proposta curricular contemplam, em cada estado e no Distrito Federal, o pagamento de bolsas para os seguintes perfis:

I - coordenador(a) estadual;

II - coordenador(a) de etapa - educação infantil;

III - coordenador(a) de etapa - ensino fundamental - anos iniciais;

IV - coordenador(a) de etapa - ensino fundamental - anos finais;

V - coordenador(a) de etapa - ensino médio;

VI - redator(a) de currículo - educação infantil;

VII - redator(a) de currículo - ensino fundamental - componentes curriculares;

VIII - redator(a) de currículo - ensino médio - área/componente/flexibilização;

IX - articulador(a) de regime de colaboração;

X - articulador(a) dos conselhos de educação.

(...)

§ 1º As bolsas referidas no caput serão concedidas pelo MEC, com fundamento no inciso III do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e de acordo com Resolução específica do Conselho Deliberativo do FNDE. § 2º A definição dos critérios exigidos para os perfis acima, além daqueles previstos na Lei em referência, será feita por meio do Documento Orientador do Programa, previsto no inciso III do art. 18. § 3º O valor da bolsa corresponderá a até R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) mensais pelo período de dezoito meses.



Com a homologação do texto da BNCC para o Ensino Médio, no final de 2018, consolidou-se a existência de uma base curricular comum para toda a Educação Básica. E, em abril de 2019, o MEC expandiu o ProBNCC para a implementação na etapa do Ensino Médio (Portaria nº 756/19). Dessa forma, foram disponibilizados mais recursos para as secretarias estaduais de educação e novas equipes de bolsistas, específicas para essa etapa, foram compostas.

Já a segunda experiência - ainda em curso - Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa, instituída em setembro de 2023, é parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada do MEC (Portaria nº 1.744/2023). A Rede é composta por representantes indicados pelas Secretarias Estaduais de Educação e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) de cada estado com o seguinte arranjo:

- Articuladores estaduais: dois por estado e Distrito Federal
- Articuladores regionais: dois de gestão e um de formação em cada unidade descentralizada de gestão educacional, conforme designação da Portaria nº 56/2023.

As regras para pagamento de bolsas aos articuladores foram especificadas na Resolução do FNDE nº 19 / 2023.

**[Extrato] RESOLUÇÃO FNDE Nº 19, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023
DOU 29/9/2023 – Edição Extra-C**

Estabelece as regras e os procedimentos para o pagamento de bolsas de formação continuada aos articuladores da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA.

(...)

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO DE BOLSAS

Art. 7º Nos termos do art. 15 da Portaria MEC nº 1.774, de 2023, o FNDE pagará, a título de bolsa de formação continuada, os seguintes valores aos professores que atuarem como articuladores da Renalfa:

I - R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais para os articuladores no nível do território estadual de que trata o art. 7º, inciso II, da Portaria MEC nº 1.774, de 2023;

II - R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais para os articuladores do nível das unidades descentralizadas regionais de gestão educacional dos sistemas estaduais/distrital de ensino de que trata o art. 7º, inciso III, da Portaria MEC nº 1.774, de 2023;

III - R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais para os articuladores do nível do território municipal de que trata o art. 7º, inciso IV, da Portaria MEC nº 1.774, de 2023.

Em 2024, o foco dos bolsistas da Renalfa é viabilizar a implementação local das ações em regime de colaboração e a execução dos recursos repassados, garantindo a chegada do programa às redes municipais e escolas. Todas as estratégias do programa têm o objetivo de garantir a alfabetização de todas as crianças na idade esperada.

Na tabela a seguir são apresentados os principais dados sobre as bolsas oferecidas pelos dois programas explicitados anteriormente:

FIGURA 14

Dados sobre bolsas oferecidas pelos programas ProBNCC e Renalfa

Programa	Período	Qtd. de bolsas (total)	Qtd. de bolsas (quebra)	Beneficiários	Valor mensal	Valor investido
ProBNCC	18 meses (2018/19)	1.457	809	professores EI e EF	R\$ 1.100,00	R\$ 17MM
		648 professores EM	648	professores EM		
Renalfa	2023/24	7.380	54	articuladores estaduais	R\$ 3.000,00	R\$ 22,5 MM (2023)
	(vigência?)	1.759 articuladores regionais	1.759	articuladores regionais	R\$ 1.500,00	
		5.567 articuladores municipais	5.567	articuladores municipais	R\$ 1.200,00	

Fonte: Portal MEC (gov.br) e Observatório do Movimento pela Base. Elaboração: Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)



3

CONSIDERAÇÕES FINAIS





3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento explorou experiências de concessão de bolsas para a viabilização da oferta de programas de formação docente. Os casos apresentados trazem aprendizados importantes que podem ser entendidos como premissas para o êxito de uma implementação nas redes estaduais de educação.

Uma implementação bem-sucedida, baseada em um modelo de concessão de bolsas para os multiplicadores, deve também garantir a infraestrutura (conectividade e disponibilidade de equipamentos) necessária para o desenvolvimento de competências digitais, e um diagnóstico que evidencie o grau de maturidade quanto ao uso pedagógico de tecnologias nas redes, tal como previsto pela PIEC.

Igualmente as secretarias ao conceder bolsas devem garantir: implementação de autoavaliação das competências dos educadores (por meio da aplicação do Guia EduTec ou ferramenta semelhante), carga horária disponível para as formações, a implementação de regime de colaboração junto aos municípios e o alinhamento do currículo ao complemento de computação, como previsto nas normativas nacionais.

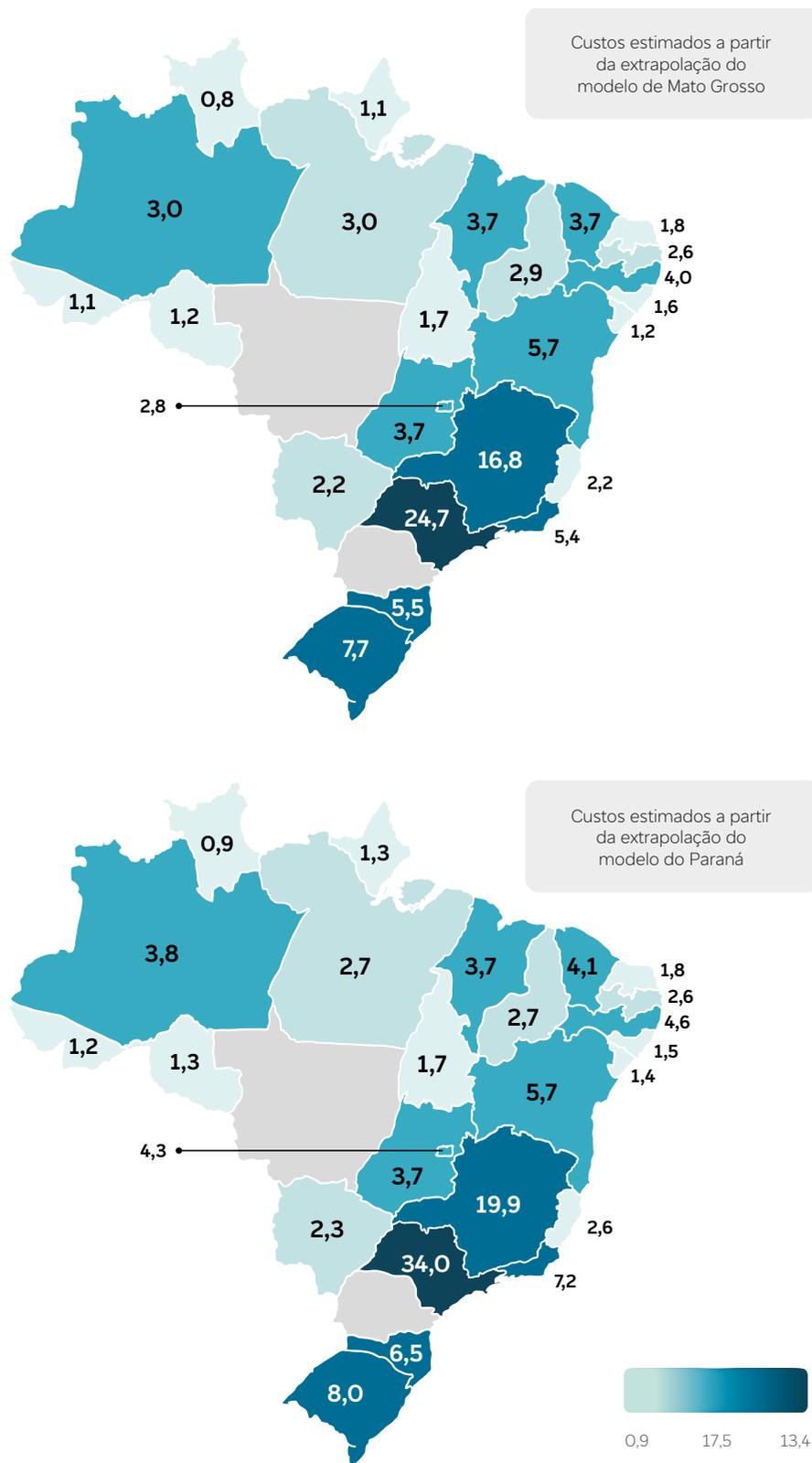
Sugere-se também a implementação de avaliações recorrentes, tornando possível ajustar as formações oferecidas de acordo com o contexto regional e, como consequência, otimizar o impacto sobre a apropriação tecnológica dos professores.

Ainda sobre a necessidade de adaptação dos programas, é importante ressaltar que as estimativas apresentadas ao longo deste documento fornecem apenas intervalos de referência (de R\$ 120 milhões a R\$ 142 milhões anuais para um ano representativo de implementação) para inspirar outras formações docentes baseadas em modelos de concessão de bolsas a multiplicadores. A implementação em outras localidades requer que as premissas sejam adaptadas à realidade local. Recomenda-se, portanto, que a seleção entre modelos leve em consideração a maturidade do estado com relação à incorporação de tecnologia.

As figuras abaixo indicam as estimativas de custo para cada unidade da federação a partir da extrapolação dos dois modelos:

FIGURA 15

Custos estimados para cada uma das UFs



Fonte e Elaboração: Fundação Telefônica Vivo



Por fim, é importante considerar a viabilidade de levantamento dos recursos aqui estimados para financiar os programas de formação docente. Nesse âmbito, cabe ressaltar que a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) prevê um montante de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões para os eixos complementares ao de conectividade, incluindo o de formação em competências digitais e o de currículo.

O modelo de concessão de bolsas é, portanto, uma possibilidade viável de alocação de parte desses recursos, garantindo a oferta de formações a docentes para as redes estaduais de todo o país. Vale mencionar que, para aumentar ainda mais a capilaridade dos cursos, alcançando os educadores das escolas municipais, seria necessário o estabelecimento de regimes de colaboração entre secretarias estaduais e municipais. Atualmente, a Secretaria do Mato Grosso está replicando este formato junto aos seus municípios. A expectativa é que, até o final de 2024, os resultados dos docentes dessas escolas possam ser mensurados e que as estimativas apresentadas nesta Nota Técnica possam ser atualizadas para contemplar também os custos associados à expansão do programa na rede municipal.



COALIZÃO
TEC EDUCAÇÃO

Fundação
Telefônica
vivo

instituto
natura

